TRANSPARENCY INTERNATIONAL
the global coalition against corruption



ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2025

A Transparência Internacional é um movimento global com uma visão: um mundo em que governos, empresas, a sociedade e a vida diária das pessoas estejam livres da corrupção. Com mais de 100 capítulos no mundo todo e um Secretariado internacional em Berlim, lideramos a luta contra a corrupção para fazer com que essa visão se torne realidade.

www.transparenciainternacional.org.br/ipc

Capa: Caro Curbelo.

Design: Sophie Everett e Transparência Internacional

Todos os esforços foram empenhados para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Acredita-se que todas as informações estavam corretas em fevereiro de 2026. Contudo, a Transparência Internacional não se responsabiliza pelas consequências do uso dessas informações para outros fins ou em outros contextos.

Transparência Internacional 2026. Exceto se apontado de outra forma,
este trabalho está sob licença CC BY-ND 4.0 DE. Citações são permitidas.
Favor entrar em contato com a Transparência Internacional – copyright@transparency.org –
para tratar de pedidos para usar o relatório.

Este documento foi traduzido para português pela Transparência Internacional - Brasil.

ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2025

ÍNDICE

4-5
Mapa e resultados

6-8
Sumário executivo

9-10
Recomendações

11-12
Tendências globais

13-15
Oscilações nos níveis de corrupção

16-22
Fatores-chave e consequências da corrupção

Justiça e Estado de Direito

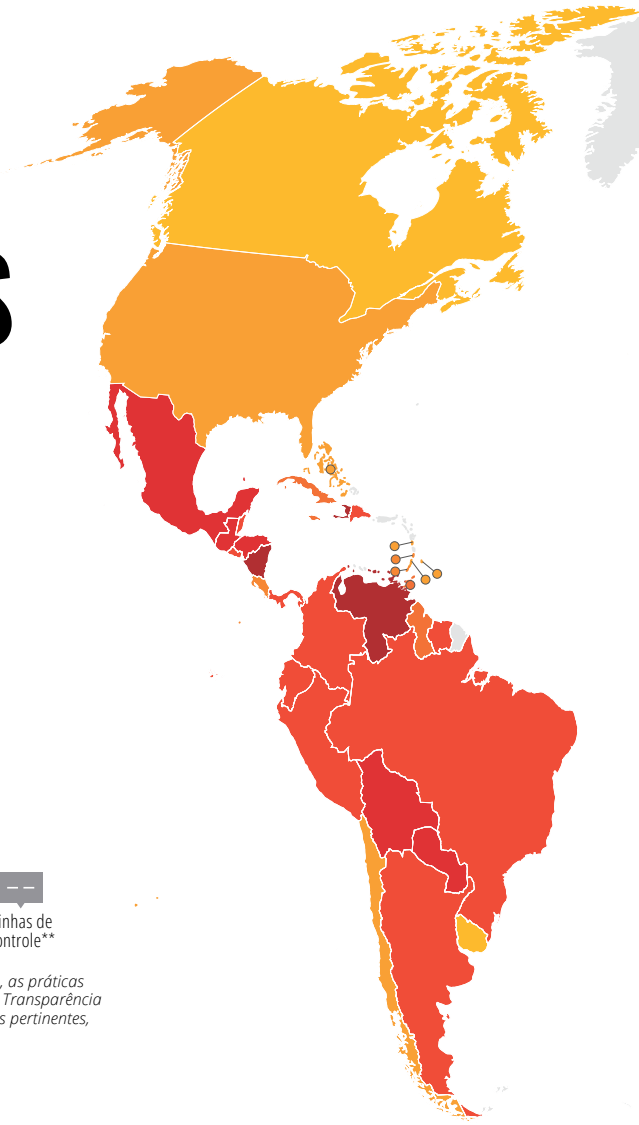
Democracia, integridade política e captura do Estado

Espaço cívico e liberdade dos meios de comunicação

Serviços públicos e desigualdade

23-26
Notas

182 PAÍSES
182 PONTUAÇÕES
COMO SE SAIU O SEU PAÍS?



Níveis de percepção da corrupção no setor público de 182 países e territórios em todo o mundo.

PONTUAÇÃO

Altamente corrupto — Altamente íntegro

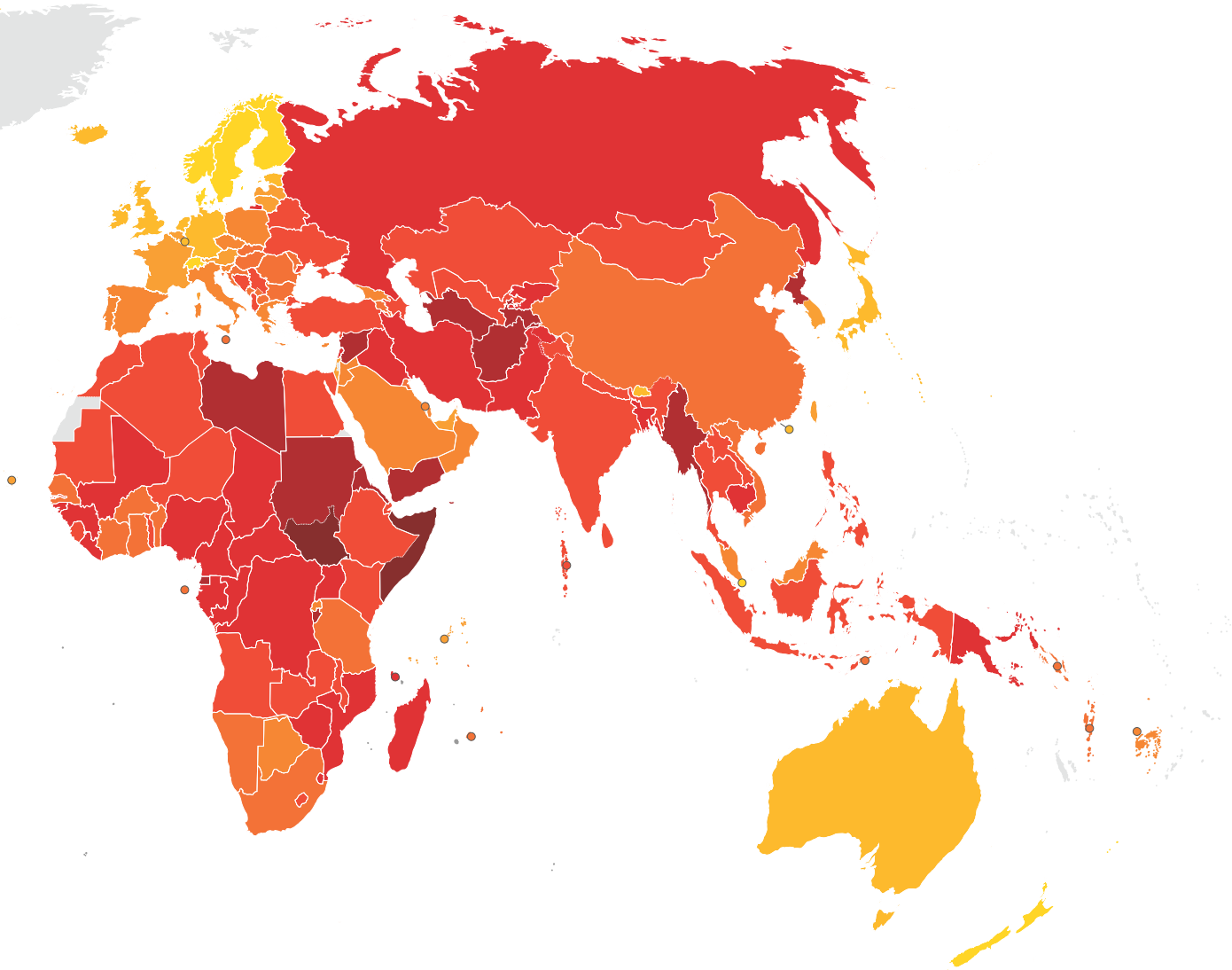
0-9 | 10-19 | 20-29 | 30-39 | 40-49 | 50-59 | 60-69 | 70-79 | 80-89 | 90-100

Dados indisponíveis | Fronteiras em disputa* | Linhas de controle**

** As designações usadas e a apresentação do material neste mapa seguem, tanto quanto é do nosso conhecimento, as práticas adotadas pela ONU em janeiro de 2026. Desse modo, não configuram expressão de qualquer opinião por parte da Transparência Internacional referente ao status jurídico de um determinado país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades pertinentes, nem à delimitação de suas divisas ou fronteiras.*

PONTUAÇÃO PAÍS E TERRITÓRIO

89	Dinamarca
88	Finlândia
84	Singapura
81	Nova Zelândia
81	Noruega
80	Suécia
80	Suíça
78	Luxemburgo
78	Holanda
77	Alemanha
77	Islândia
76	Austrália
76	Estônia
76	Hong Kong
76	Irlanda
75	Canadá
73	Uruguai
71	Butão
71	Japão
70	Reino Unido
69	Áustria
69	Bélgica
69	Emirados Árabes Unidos
68	Barbados
68	Seicheles
68	Taiwan
66	França
65	Lituânia
64	Bahamas
64	Estados Unidos da América
63	Brunei
63	Chile
63	Coreia do Sul
63	São Vicente e Granadinas
62	Cabo Verde
62	Israel
60	Dominica
60	Letônia
59	República Tcheca
59	Santa Lúcia
58	Botsuana
58	Catar
58	Ruanda
58	Eslovênia
57	Arábia Saudita
56	Costa Rica
56	Granada
56	Portugal
55	Chipre
55	Fiji
55	Espanha
53	Itália
53	Polônia
52	Malásia
52	Omã
50	Bahrein
50	Geórgia
50	Grécia
50	Jordânia
49	Malta
48	Maurício
48	Eslováquia
47	Croácia
47	Vanuatu
46	Armênia
46	Kuwait
46	Montenegro
46	Namíbia
46	Senegal
45	Benim
45	Romênia
45	São Tomé e Príncipe
44	Jamaica
44	Ilhas Salomão
44	Timor-Leste
43	China
43	Costa do Marfim
43	Gana
43	Kosovo
42	Moldávia
41	África do Sul
41	Trindade e Tobago
41	Vietnã
40	Bulgária
40	Burkina Faso
40	Cuba
40	Guiana
40	Hungria
40	Macedônia do Norte
40	Tanzânia
39	Albânia
39	Índia



39	Maldivas
39	Morrocos
39	Tunísia
38	Etiópia
38	Cazaquistão
38	Suriname
37	Colômbia
37	República Dominicana
37	Gâmbia
37	Lesoto
37	Zâmbia
36	Argentina
36	Belize
36	Ucrânia
35	Brasil
35	Sri Lanka
34	Argélia
34	Bósnia e Herzegovina
34	Indonésia
34	Laos
34	Malaui
34	Nepal
34	Serra Leoa
33	Equador
33	Panamá
33	Sérvia
33	Tailândia
32	Angola
32	El Salvador
32	Filipinas
32	Togo
31	Bielorrússia
31	Djibuti
31	Mongólia
31	Níger
31	Turquia
31	Uzbequistão
30	Azerbaijão
30	Egito
30	Quênia
30	Mauritânia
30	Peru
29	Gabão
28	Bolívia
28	Iraque
28	Libéria
28	Mali
28	Paquistão
27	México
26	Camarões
26	Guatemala
26	Guiné
26	Quirguistão
26	Nigéria
26	Papua Nova Guiné
25	Madagascar
25	Uganda
24	Bangladesh
24	República Centro Africana
24	Paraguai
23	Congo
23	Suazilândia
23	Irã
23	Líbano
22	Chade
22	Honduras
22	Rússia
22	Zimbábue
21	Guiné-Bissau
21	Moçambique
20	Camboja
20	Comores
20	República Democrática do Congo
19	Tajiquistão
17	Burundi
17	Turcomenistão
16	Afeganistão
16	Haiti
16	Myanmar
15	Guiné Equatorial
15	Coreia do Norte
15	Síria
14	Nicarágua
14	Sudão
13	Eritreia
13	Líbia
13	Iêmen
10	Venezuela
9	Somália
9	Sudão do Sul

SUMÁRIO EXECUTIVO

A ordem global está sofrendo com a rivalidade entre as grandes potências e o perigoso descaso com as normas internacionais. Os impactos dos conflitos armados e da crise climática são letais. Além disso, as sociedades estão se tornando mais polarizadas. Para enfrentar esses desafios, o mundo precisa de líderes com princípios e instituições fortes e independentes que atuem com integridade na proteção dos interesses públicos. Apesar disso, no histórico recente da boa governança e da liderança responsável ainda abundam fracassos.

Em diversos lugares, líderes apontam questões econômicas, geopolíticas ou de segurança como pretextos para centralizar o poder, deixar de lado o sistema de freios e contrapesos, e afrouxar seus compromissos com padrões estabelecidos de forma multilateral – incluindo medidas anticorrupção. Com frequência alarmante, eles tratam a transparência, a fiscalização independente e a prestação de contas ao público como algo opcional.

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2025 mede os níveis de percepção da corrupção no setor público em 182 países e territórios, baseando-se em 13 fontes independentes de informação, além de usar uma escala que vai de 0 (altamente corrupto) a 100 (altamente íntegro). Em 2025, a média global do IPC caiu pela primeira vez em mais de uma década, alcançando apenas 42 pontos. A vasta maioria dos países não conseguiram controlar o avanço da corrupção: de um total de 180 avaliações, 122 alcançaram menos de 50 pontos no índice. Paralelamente, o número de países que lograram uma pontuação acima de 80 diminuiu, caindo de 12 para cinco em apenas uma década. Em particular, verificou-se uma tendência preocupante de países democráticos com aumentos na percepção da corrupção – desde Estados Unidos (64), Canadá (75) e Nova Zelândia (81) até diversos países europeus, como Reino Unido (70), França (66) e Suécia (80).

Nossos estudos demonstram que a corrupção não é inevitável. Países cujas pontuações no IPC subiram ao longo dos anos contaram, em larga medida, com esforços contínuos, por parte de líderes políticos e agências reguladoras, para implementar amplas reformas institucionais e jurídicas. Pontuações consistentemente baixas ou em queda normalmente

MÉDIA GLOBAL

42/100

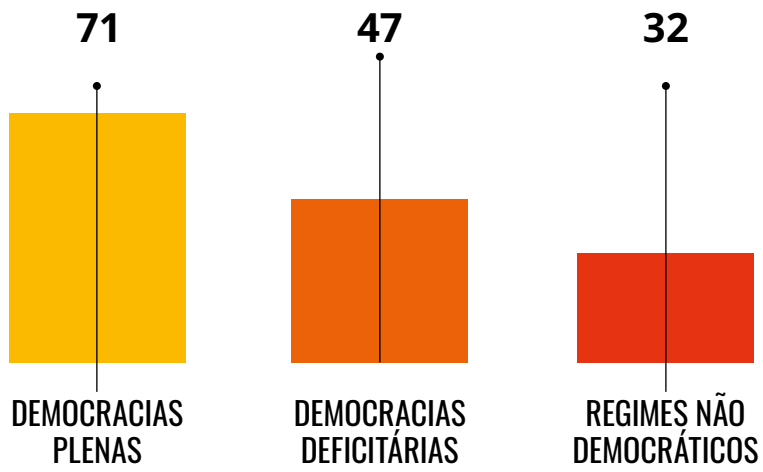
refletem contextos de limitação ou corrosão do sistema de freios e contrapesos, politização do sistema de justiça, influência indevida no processo político, e falta de proteção ao espaço cívico.

Não surpreende o fato de que países com democracias plenas tendem a obter pontuações altas no IPC, ao passo que regimes não democráticos têm os piores desempenhos. Na maioria das autocracias absolutas, como Venezuela (10) e Azerbaijão (30), a corrupção é sistêmica e se manifesta em todos os níveis.

Dentre os países cuja pontuação no IPC diminuiu substancialmente desde 2012, quase dois terços passaram por um alarmante viés crescente de restrição das liberdades de expressão, associação e reunião. Na última década, a interferência política na operação de organizações não governamentais (ONGs) em países como Geórgia (50)[1], Indonésia (34)[2], Peru (30)[3] e Tunísia (39)[4] se manifestou através da introdução de novas leis para limitar o acesso das ONGs a financiamento, ou até para dissolver

MÉDIAS DE PONTUAÇÃO NO IPC 2025 PARA DIFERENTES TIPOS DE GOVERNO*

Democracias fortes são muito mais eficientes no controle da corrupção do que democracias deficitárias e regimes autoritários.



**Índice de Democracia da Economist Intelligence Unit e Índice de Percepção da Corrupção 2025 da Transparência Internacional.*

organizações que fiscalizam e criticam o governo. Não raro, essas leis são usadas em conjunto com campanhas de difamação e intimidação. Nessas situações, jornalistas independentes, organizações da sociedade civil e denunciantes de irregularidades enfrentam maiores dificuldades para se pronunciar abertamente contra a corrupção. Com isso, as autoridades corruptas tendem a continuar abusando do poder.

A má gestão das verbas públicas resulta em serviços de baixa qualidade e crises fiscais, que contribuem para a persistência da pobreza, o aumento da desigualdade e a queda na qualidade de vida de milhões de pessoas.

Em 2025 vimos uma onda de protestos encabeçados pela Geração Z, nos quais a juventude de países com baixa pontuação no IPC – como Sérvia (33) e Peru (30) – foram às ruas para exigir de seus governos iniciativas políticas e prestação de contas. No Nepal (34) e em Madagascar (25), esses movimentos populares chegaram a derrubar os governos vigentes. O fio condutor que perpassou esses variados grupos de manifestantes foi o sentimento de que as autoridades estavam abusando do poder para satisfazer seus próprios interesses em vez de trabalharem para garantir à população serviços públicos adequados, um ambiente econômico estável e maiores oportunidades.

Certas potências globais têm um impacto indireto nos níveis de corrupção, que vai além de suas fronteiras. A Rússia (22) foi acusada de interferir nas eleições de outros países por meio de desinformação e compra de votos, com o objetivo de influenciar eleitores e causar instabilidade, retrocessos democráticos e a redução do espaço cívico. A decisão do governo dos EUA de temporariamente paralisar e, depois, sucatear o aparato de cumprimento do Foreign Corrupt Practices Act (“Lei de Práticas de Corrupção no Exterior”, em

inglês) – legislação crucial que proíbe empresas de pagarem propinas a autoridades estrangeiras – passa uma mensagem perigosa de que o suborno e outras práticas de corrupção são aceitáveis.[5] Paralelamente, o governo estadunidense reduziu o financiamento de organizações estrangeiras engajadas na fiscalização de seus respectivos governos, o que prejudicou os esforços anticorrupção no mundo todo. Líderes políticos de vários países aproveitaram essa deixa para aumentar a perseguição e a supressão de vozes independentes, como as de ONGs e jornalistas.[6]

A partir de nossas pesquisas e experiência prática como movimento global anticorrupção, conseguimos enxergar um modelo claro de responsabilização do poder em favor do bem comum. A Transparência Internacional convoca os governos e líderes do mundo inteiro a tomarem medidas para fortalecer seus sistemas de justiça, assegurar a fiscalização independente dos processos decisórios e gastos públicos, garantir a transparência no financiamento de partidos e campanhas eleitorais, e proteger o espaço cívico, a democracia e a liberdade dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, é necessário que essas autoridades colaborem entre si na hora de enfrentar seus desafios em comum – por exemplo, através do fechamento de canais que possibilitam a corrupção transnacional, que inclui a lavagem de dinheiro e a ocultação de verbas desviadas.

Como vimos em 2025, os governos que não lidam com os anseios de seus cidadãos podem acabar sendo depostos por movimentos populares. Além disso, empresas podem passar a procurar outros lugares nos quais investir, acarretando a perda de oportunidades econômicas e empregos. Quando escolhem agir em prol dos interesses públicos, e não para seu próprio ganho, governos e líderes conseguem cumprir sua responsabilidade de moldar e cultivar sociedades seguras, justas e saudáveis, em que todos podem prosperar.

CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL

O foco central deste índice são as percepções de corrupção no setor público de cada país, incluindo a corrupção em escalões mais baixos do governo. Contudo, também vale destacar o papel do setor privado na prática de subornos de alta monta e esquemas de lavagem de dinheiro, e a natureza transfronteiriça desse tipo de corrupção. Os fluxos internacionais de dinheiro sujo, que deixam grandes rombos no orçamento público de vários países, ilustram bem a dimensão transnacional dessas práticas. Autoridades corruptas frequentemente recebem ajuda de especialistas em lavagem de dinheiro ou ocultação de fundos ilícitos, guardando esses recursos nos centros financeiros de países que lideram o IPC. Por isso, esses países precisam empenhar maiores esforços para impedir a corrupção transnacional e garantir a transparência. Por fim, também é necessário que ajudem a sanar os danos causados pela corrupção, incluindo a devolução dos valores desfalcados às sociedades dos quais foram subtraídos.

Em um cenário de crise climática, instabilidade e polarização, o mundo precisa mais do que nunca de líderes transparentes e instituições independentes na proteção do interesse público – no entanto, eles muitas vezes não dão conta do recado. A corrupção não é inevitável. Nossas pesquisas e experiência como movimento global anticorrupção mostram que há um modelo claro de responsabilização do poder em favor do bem comum, que abrange desde os processos básicos da democracia e a fiscalização independente até a criação de uma sociedade civil livre e ampla. Convocamos governos e líderes a agirem com integridade e cumprir sua responsabilidade de garantir um futuro melhor para seus cidadãos.

Maíra Martini
CEO, Transparência Internacional



Foto: Transparência Internacional

RECOMENDAÇÕES



GARANTIR A INDEPENDÊNCIA, A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA

Para que possam funcionar corretamente, dissuadir potenciais infratores e proteger quem denuncia a corrupção, os sistemas de justiça precisam ser blindados contra a interferência de interesses políticos ou econômicos. Para tanto, é necessário blindar as nomeações e promoções de funcionários contra pressões externas. Além disso, os sistemas de justiça precisam dispor de recursos adequados, as decisões judiciais precisam ser motivadas e passíveis de revisão, e as cortes precisam divulgar suas decisões e seus dados.



ENFRENTAR A INFLUÊNCIA INDEVIDA NO PROCESSO DECISÓRIO POLÍTICO

Os cidadãos têm direito de saber quem financia os partidos políticos e seus candidatos, e quem influencia as decisões. É essencial que o financiamento político, conflitos de interesses e o lobby sejam regulados, documentados e sujeitos à fiscalização do público, para proteger a democracia contra potenciais práticas de corrupção. A transparência e a imposição de limites máximos para doações de campanha impedem que grupos empresariais ricos e bem relacionados influenciem políticas, orçamentos e instituições públicas de forma desleal, visando seus próprios objetivos em vez do interesse público. Isso é crucial para que os governos cumpram sua responsabilidade de elaborar políticas que protejam a sociedade e garantam o equilíbrio climático e ecossistêmico.



GARANTIR ÀS VÍTIMAS DA CORRUPÇÃO O ACESSO À JUSTIÇA

Os indivíduos e comunidades – não só os Estados – vítimas da corrupção precisam receber acesso à justiça, seja de forma direta ou através de organizações da sociedade civil que os representem. Isso é imperativo para sanar os danos causados pela corrupção, e serve como garantia caso as forças policiais não estejam atuando como deviam. Em particular, comunidades marginalizadas precisam de apoio e proteções especificamente voltados para suas necessidades, no intuito de garantir que os processos sejam inclusivos para todos.



PROMOVER O ESPAÇO CÍVICO E AS DENÚNCIAS ANTICORRUPÇÃO

Liberdades fundamentais – como a liberdade de imprensa e o direito à informação – permitem que indivíduos e grupos participem ativamente na promoção da transparência e da integridade em atividades governamentais e corporativas. Os tomadores de decisão precisam proteger por completo os indivíduos e grupos da sociedade civil que denunciam a corrupção. Precisam, ainda, criar um arcabouço regulatório que viabilize a atuação das organizações da sociedade civil, em vez de restringi-la, o que inclui garantir seu acesso a financiamento de origem tanto nacional quanto internacional. Com isso, a luta anticorrupção será fortalecida, visto que os defensores cívicos poderão expor abusos, ajudar vítimas, fomentar a participação do público e promover responsabilização.

FORTALECER A TRANSPARÊNCIA E A FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DA GESTÃO DE VERBAS PÚBLICAS

Serviços públicos equitativos e eficientes, como os de saúde e educação, dependem da integridade dos que são responsáveis por sua prestação. Não só o acesso a esses serviços básicos deve se estender a todos, como também deve haver controles rígidos sobre como são tomadas as decisões pertinentes aos gastos públicos, para garantir que representem fielmente os interesses do público. Para tanto, é essencial que parlamentos e outras instituições de controle possam fiscalizar os orçamentos e empréstimos do governo, que órgãos de auditoria possam monitorar como o dinheiro público é gasto, e que autoridades reguladoras possam garantir a observância de padrões normativos, incluindo os ambientais. Na mesma linha, é necessário que as instituições assegurem a participação de grupos heterogêneos de pessoas nos mecanismos formais de fiscalização.

PREVENIR, DETECTAR E PUNIR A CORRUPÇÃO EM LARGA ESCALA E OS FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS

Um robusto sistema nacional de freios e contrapesos, em conjunto com medidas incisivas de detecção e prevenção, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, são essenciais para travar e desmascarar a corrupção de alto nível e larga escala, bem como grandes esquemas de lavagem transnacional de dinheiro. Para impedir e punir esses graves delitos, é essencial que se desenvolvam sistemas mais efetivos de cumprimento da lei. A corrupção estatal, quando já estiver disseminada e arraigada, só será superada por meio da atuação de coalizões nacionais robustas na reconstrução da democracia e do Estado de Direito. A aplicação de normas internacionais em Estados com sistemas de justiça eficientes também pode desempenhar um papel fundamental por meio da penalização de infratores e do confisco de bens desviados e ocultados em outros países, no intuito de neutralizar a capacidade de operação dos corruptos.

Em um mundo interconectado, nós precisamos tanto de ações nacionais quanto de cooperação multilateral para proteger o interesse público e enfrentar desafios comuns como a corrupção. Em um momento em que estamos vendo um perigoso desrespeito às normas internacionais por parte de alguns estados, nós precisamos proteger a ordem global baseada em regras que é fundamentada na transparência, reponsabilidade perante os cidadãos e o respeito por direitos humanos.

François Valérian
Presidente do Conselho global da Transparência Internacional



Foto: Conferência Internacional Anticorrupção (IACC)

TENDÊNCIAS GLOBAIS

Quando a corrupção prolifera, quem paga é povo. Imagine que você é uma mulher quase terminando a faculdade, mas seu professor lhe exige favores sexuais para passar na prova final. Ou que sua casa está sendo destruída por inundações causadas pela crise climática porque os recursos voltados para a adaptação da infraestrutura relevante foram desviados pelas autoridades. Ou, então, que você tem um filho com uma doença grave, que não está sendo tratada porque você não tem dinheiro para subornar os médicos.

O IPC 2025 classifica 182 países e territórios de acordo com os níveis de corrupção no setor público percebidos por especialistas e empresários. Ele se baseia em 13 fontes de dados independentes e usa uma escala que vai de zero a 100, na qual zero significa "altamente corrupto" e 100 significa "muito íntegro". O resultado evidencia que a maioria dos países precisam empenhar mais esforços para prevenir e deter a corrupção.

Em 2025, pelo oitavo ano consecutivo, o país que apresentou o melhor desempenho foi a Dinamarca, com 89 pontos. Apenas um grupo restrito de 15 países, predominantemente localizados nas regiões da Europa Ocidental e da Ásia-Pacífico, conseguiu obter pontuações acima de 75. Entre eles, apenas cinco pontuaram acima de 80. Enquanto isso, a pontuação de mais de dois terços dos países analisados (68%) caiu para abaixo de 50, o que indica problemas graves de corrupção na maior parte do planeta. Na parte de baixo do ranking, os países com menos de 25 pontos estão, via de regra, passando por conflitos e têm governos altamente repressivos, como no caso da Venezuela (10), e de Somália e Sudão do Sul, que tiveram o pior desempenho no índice, com nove pontos cada um.

O IPC evidencia como, no quesito "controle da corrupção", países com instituições robustas e independentes, eleições livres e imparciais, e um espaço cívico sem constrições contrastam fortemente com países sob regimes repressivos e autoritários. Democracias plenas apresentaram uma média de 71 pontos no IPC, ao passo que a média obtida por democracias deficitárias foi de 47, e a de regimes autoritários foi de apenas 32.

MUDANÇAS NAS PONTUAÇÕES DESDE 2012[7]

31 PAÍSES **MELHORARAM**

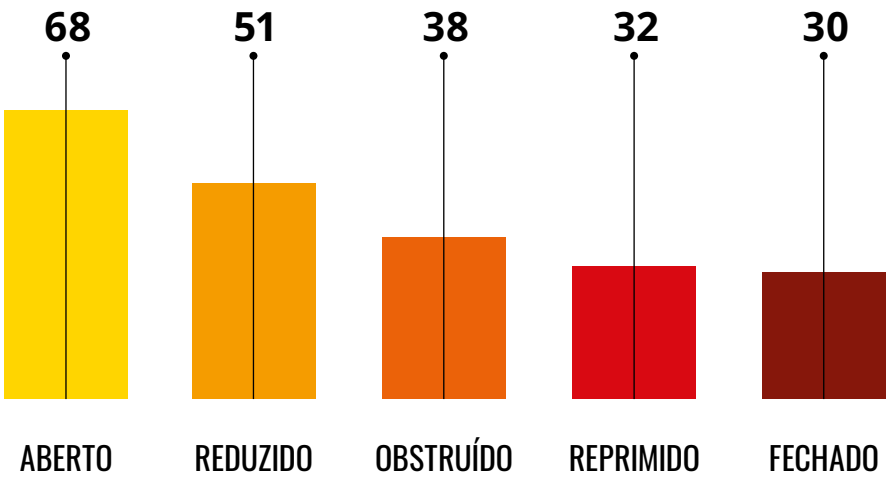
50 PAÍSES **PIORARAM**

100 PAÍSES **ESTAGNARAM**[8]

Embora um número bem pequeno de países não democráticos tenha pontuado comparativamente bem em relação aos seus vizinhos regionais, passando a imagem de que estão conseguindo controlar certos tipos de corrupção, isso é apenas uma exceção à regra. Nesses contextos, os esforços anticorrupção normalmente são centralizados de cima para baixo, e tendem a ser insustentáveis. Sem que haja fiscalização independente ou controle cívico, esses esforços podem ser revertidos de um dia para o outro assim que houver uma mudança de interesses[9]. Uma visão mais ampla mostra que democracia e instituições robustas e independentes são essenciais para combater a corrupção por completo, de modo efetivo e sustentável.

MÉDIAS DE PONTUAÇÃO NO IPC 2025 PARA DIFERENTES NÍVEIS DE LIBERDADES CIVIS*

Países com maior abertura no espaço cívico tendem a apresentar níveis menores de corrupção. Conforme o espaço cívico vai sendo restringido, a média na pontuação do IPC vai decaindo de forma consistente, o que sugere que a diminuição das liberdades muitas vezes coincide com ambientes mais vulneráveis à corrupção.



**Monitor de Espaços Cívicos da CIVICUS e Índice de Percepção da Corrupção 2025 da Transparência Internacional.*

Do mesmo modo, países que garantem e protegem o espaço cívico tendem a controlar melhor a corrupção. Países em que as liberdades de expressão, reunião e associação são devidamente resguardadas geralmente apresentam maior resiliência contra a corrupção e melhor desempenho no IPC. Contudo, países em que essas liberdades são deficitárias são mais suscetíveis a perder o controle da corrupção: 36 dos 50 países cuja pontuação no IPC caiu significativamente também passaram por reduções no espaço cívico.

OSCILAÇÕES NOS NÍVEIS DE CORRUPÇÃO

Um olhar mais atento sobre os países que tiveram grandes mudanças na pontuação do IPC revela tendências nítidas que levam a melhorias e pioras.

Entre os países cujas pontuações no IPC caíram, dois padrões se destacam. O primeiro foi apresentado por um conjunto de países em viés de queda desde 2012, nos quais houve uma piora substancial e prolongada. Tal conjunto inclui Venezuela (10), Síria (15), Hungria (40) e Sudão do Sul (9). Apesar dos diferentes contextos, esses países passaram por uma longa erosão estrutural dos sistemas de integridade, causada por retrocessos no processo democrático, enfraquecimento das instituições e/ou clientelismo enraizado. Em alguns casos, esses cenários são agravados pela presença de conflitos locais. As pioras verificadas foram acentuadas e contínuas, e são difíceis de se reverter, visto que a corrupção tende a se tornar sistêmica e profundamente arraigada tanto em sistemas políticos quanto administrativos.

Na Venezuela, os líderes do país acabaram com a independência de instituições fiscalizadoras quase que por completo. Além disso, eles têm usado empresas estatais em benefício próprio, incluindo a gigante do petróleo PDVSA, que perdeu mais de dez bilhões de dólares em esquemas de câmbio ilegal e criptomoedas.[10] No Sudão do Sul, a corrupção piorou durante a guerra civil da década de 2010, durante a qual os líderes locais tinham o costume de usar fundos estatais para comprar a lealdade de milícias e para se enriquecerem.[11] Em 2018, um acordo de paz prometeu reformas na gestão das contas públicas, mas estas nunca chegaram a se concretizar, e as autoridades sul-sudanesas continuam a desviar recursos. Além disso, suas práticas de corrupção se tornaram mais sofisticadas, lançando mão de esquemas extraorçamentários e contratos com conexões políticas.[12]

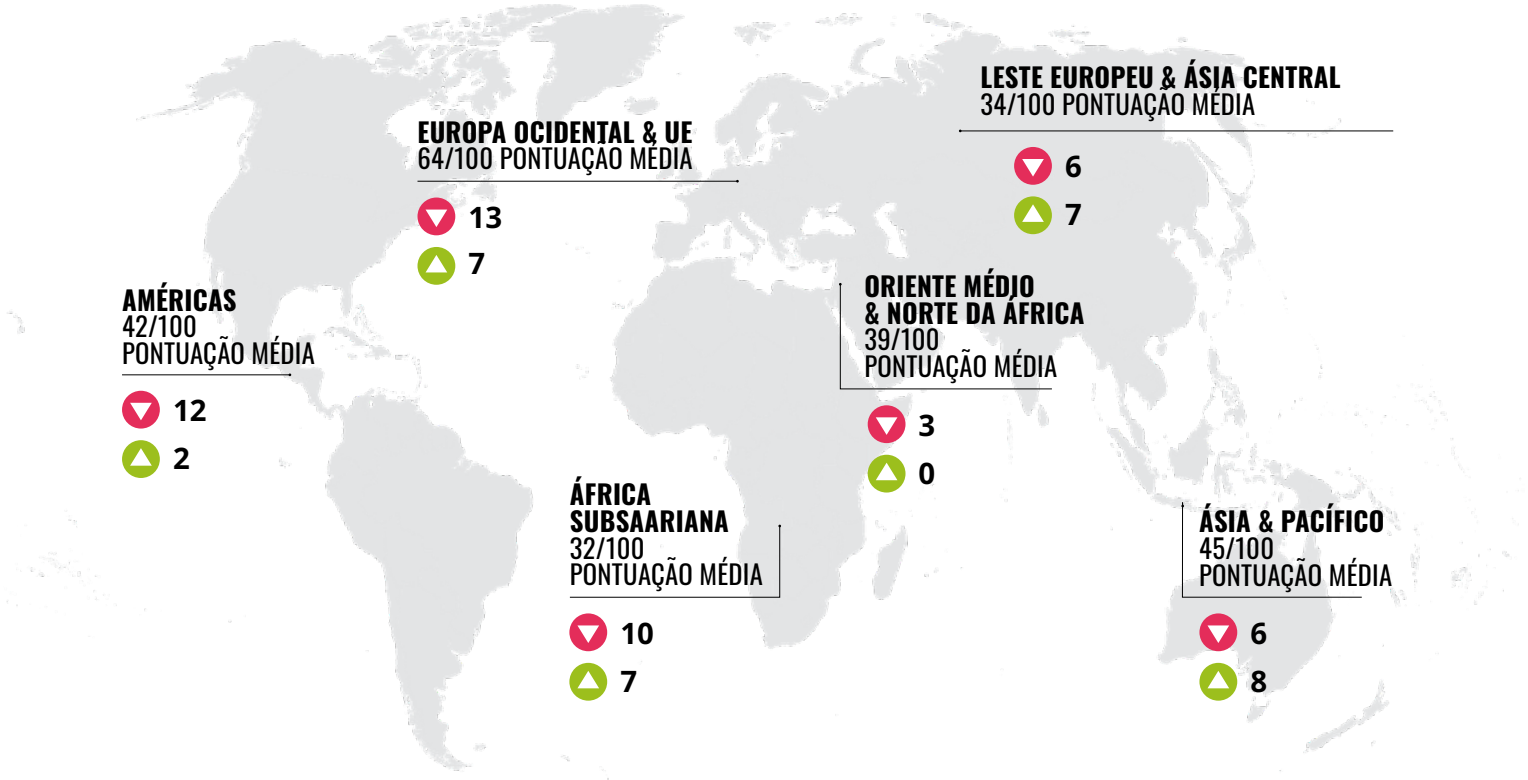
O governo da Hungria vem sistematicamente minando o Estado de Direito, o espaço cívico e a integridade eleitoral há dez anos. Isso permitiu que bilhões fossem desviados impunemente – incluindo de fundos da União Europeia (UE) – para grupos de laranjas por meio de contratos públicos inidôneos e outros métodos.[13, 14]

O segundo padrão é mais recente e mais comum em países com pontuações altas. Embora muitos desses países ainda se encontrem próximos ao topo do ranking, é nítido que tiveram uma queda. Entre eles se incluem Estados Unidos (64), Canadá (75), Reino Unido (70), França (66), Suécia (80), Nova Zelândia (81) e Chile (63). Em muitos deles, os riscos de corrupção aumentaram em decorrência do enfraquecimento dos sistemas de freios e contrapesos, de lacunas ainda não sanadas na legislação anticorrupção local, e do afrouxamento no cumprimento das normas. Muitos desses países também vêm passando por desgastes em suas democracias, o que inclui polarização política e a crescente influência do dinheiro privado no processo decisório. Essa tendência mostra que até sistemas robustos são vulneráveis a riscos de integridade.

Por várias vezes na última década, o Reino Unido deixou passar repetidas violações e ameaças a códigos de conduta, além dos contínuos problemas com as chamadas “portas giratórias”, com a transparência nas atividades de lobby e com a aplicação de normas anticorrupção.[15] Um dos escândalos de maior vulto foi o que envolveu licitações para a compra de equipamento de proteção pessoal durante a pandemia de COVID-19, por meio do qual pessoas próximas ao poder obtiveram lucrativos contratos de fornecimento público.[16]

PANORAMA REGIONAL DA CORRUPÇÃO

Número de países que melhoraram ou pioraram em cada região desde 2012, e médias de pontuação no IPC 2025.



A corrupção na cultura política da França continua preocupante. Uma série de escândalos notórios – incluindo a condenação do ex-presidente Nicolas Sarkozy por financiamento ilegal de campanha[17], o desvio de verbas da UE pelo partido *Rassemblement National*[18], e a forma com que o governo lidou com um escândalo envolvendo água mineral e a Nestlé[19] – está fomentando dúvidas sobre a capacidade e a vontade política das autoridades de tirar do papel e efetivar medidas anticorrupção ambiciosas, como as pertinentes ao lobby e ao financiamento político.

Olhando pelo lado positivo, surgiram dois sinais de progresso. O primeiro corresponde a melhorias contínuas em países com pontuações iniciais baixas, que saíram da parte de baixo do ranking do IPC para o meio. Esse grupo inclui Albânia (39), Angola (32), Costa do Marfim (43), Laos (34), Senegal (46), Ucrânia (36) e Uzbequistão (31). Tal progresso é resultado de esforços de longo prazo por parte de líderes políticos e órgãos reguladores, seja através de amplas reformas institucionais nos cenários de maior abertura ou, nos cenários mais restritos, de campanhas estatais de fiscalização mais limitadas. No entanto, esses esforços anticorrupção implementados do topo para a base são intrinsecamente frágeis[20]. As reformas de boa governança visadas por muitos desses países também se beneficiam da manutenção e da proteção de organizações da sociedade civil fortes e livres. Por exemplo, na Ucrânia, em 2025, a mobilização da sociedade civil ajudou a proteger instituições anticorrupção robustas contra pressões externas, para que elas pudessem continuar a operar de forma independente.

O ano de 2025 foi conturbado para a Ucrânia, marcado por grandes escândalos de contratos públicos e no setor de defesa[21], o que indica que os riscos de corrupção no alto escalão persistem. Dito isso, o fato de que esses e muitos outros escândalos estão sendo descobertos e resultando em condenações demonstra que o novo arcabouço anticorrupção ucraniano está fazendo a diferença[22]. O desafio, agora, é sair da posição reativa de apenas “fazer

a faxina" após cada novo escândalo, e implementar reformas estruturais que sanem as lacunas na legislação anticorrupção e melhor protejam os recursos públicos.

O segundo sinal de progresso descreve um longo período de melhorias em países cujas pontuações iniciais no IPC eram medianas ou altas. A evolução de países como Estônia (76), Coreia do Sul (63), Butão (71) e Seicheles (68) se deve muito à persistente consolidação dos esforços anticorrupção. Os avanços contínuos nos países democráticos refletem a dinâmica constante de reformas, fortalecimento de órgãos fiscalizadores e amplo consenso político em prol da governança íntegra. Esses esforços são muitas vezes auxiliados pela digitalização dos serviços públicos, pela profissionalização dos servidores, e pela integração de padrões e estruturas de governança, tanto regionais quanto globais.

O Butão vem reforçando consistentemente seu arcabouço anticorrupção há mais de 15 anos, com uma agência capacitada que impulsionou tanto a prevenção da corrupção quanto a aplicação das normas. O país complementou essa atuação com a de outras fontes independentes de fiscalização, que incluem um órgão de auditoria e sistemas mais transparentes, tal como sua plataforma digital de contratos públicos.

Nos últimos dez anos, a Coreia do Sul implementou normas de conduta mais rígidas para servidores públicos, além de garantias institucionais mais sólidas, incluindo proteções a denunciantes de irregularidades e uma maior transparência nos contratos públicos.

Em resumo, as melhorias e quedas no IPC contam diversas histórias. Algumas quedas foram resultado de desgastes na integridade democrática nos altos escalões do governo, enquanto outras refletem uma profunda deterioração institucional. Do mesmo modo, certas melhorias podem ser associadas a reformas democráticas mais amplas, baseadas em direitos, que ampliam o espaço cívico, a liberdade dos meios de comunicação, a transparência e o acesso à informação. Outros aumentos na pontuação foram produto de campanhas lançadas por líderes autoritários em contextos de liberdades e direitos restringidos. Tais esforços podem até ser efetivos contra certos tipos de corrupção, como o suborno, mas, sem que haja liberdade dos meios de comunicação, cortes independentes ou espaço para manifestações críticas, os ganhos auferidos são frágeis e suscetíveis a serem revertidos e à seletividade na aplicação das novas normas.

FATORES-CHAVE E CONSEQUÊNCIAS DA CORRUPÇÃO

A corrupção pode se manifestar em todos os aspectos da vida pública: em parlamentos, cortes, zonas eleitorais, autoridades locais, e escolas e hospitais públicos. Quando os tomadores de decisões agem de forma corrupta, eles definem quem terá acesso à justiça, quais opiniões serão consideradas no momento da criação de políticas, quais narrativas serão transmitidas e quais serão silenciadas, e quem poderá acessar serviços públicos, como saúde e educação. Quando o dinheiro ou relações pessoais influenciam as decisões tomadas, o Estado deixa de ser o defensor dos direitos do povo para se tornar um sistema que precisa ser navegado ou persuadido para se obter direitos que deviam ser garantidos por lei.

As consequências da corrupção estão espalhadas por toda a sociedade e interagem com outras pressões de governança, multiplicando os riscos e corroendo a confiança do público. Os efeitos da corrupção se tornam ainda mais claros e danosos em quatro áreas críticas: Justiça e Estado de Direito, democracia e integridade política, espaço cívico e liberdade dos meios de comunicação, e serviços públicos e desigualdade. Em cada uma dessas dimensões, as condutas corruptas fazem mais do que apenas desviar recursos ou violar normas: elas reconfiguram os incentivos sociais e aprofundam as disparidades de poder.

Justiça e Estado de Direito

A corrupção corrói a justiça por dentro.

Quando políticos ou empresas interferem na nomeação de juízes e promotores, bem como nas decisões que eles tomam, não raro a lei passa a proteger quem tem costas quentes em vez do público geral. Os sistemas de justiça que gozam de independência e recursos adequados têm frequente correlação com riscos menores de corrupção[23]. Por outro lado, instituições sucateadas e aparelhadas estão ligadas a cenários de aplicação desigual da lei e maior impunidade[24]. Nesses casos, a distribuição dos processos pode sofrer manipulação, as investigações podem ser paralisadas e as acusações podem ser errôneas[25]. Pode, também, haver pressão sobre juízes e promotores, isso se estes já não tiverem perdido sua independência ou autonomia. Quando a justiça pode ser comprada, a legislação formal se torna vazia e a impunidade prolifera.

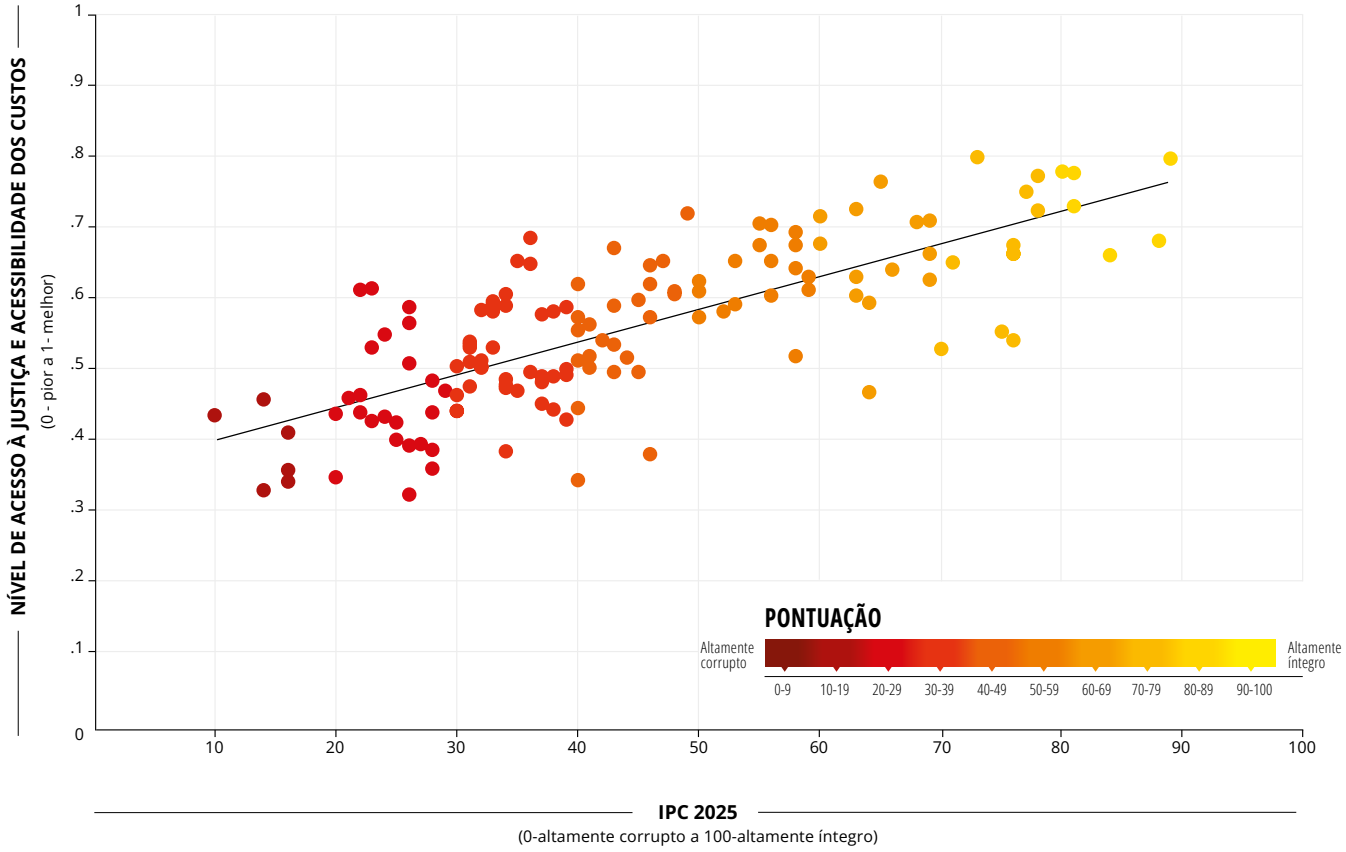
A corrupção não é um crime sem vítimas. Quando os poderosos abusam do poder, eles atingem tanto pessoas de verdade quanto Estados. Em cenários de corrupção, os indivíduos e comunidades da maioria dos países perdem a capacidade de acessar a justiça, seja diretamente ou representados por organizações da sociedade civil[26]. Com isso, eles ficam impossibilitados de sanar os danos causados pela corrupção, especialmente nos casos em que as Procuradorias e o Ministério Público dispõem de recursos limitados ou foram aparelhados.

As barreiras no acesso à justiça também aumentam os riscos de corrupção. Mesmo em locais com garantias jurídicas robustas, os altos custos, a distância, o acúmulo de casos e a escassez de assistência jurídica dificultam a obtenção de reparações legais,

especialmente para comunidades vulneráveis e de baixa renda. Nessas condições, as pessoas podem se sentir forçadas a usar intermediários e pagamentos informais, tolerando uma maior arbitrariedade por parte dos oficiais de justiça em questões de agenda, registros e acesso à informação[27]. Conforme se torna mais difícil de garantir a justiça oportuna e equitativa, a confiança no Estado de Direito vai se corroendo, e a disposição para denunciar ou processar irregularidades diminui. Os custos de praticar infrações passam a ser considerados menores, o que incentiva ainda mais a corrupção.

CORRUPÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA*

Em países com níveis menores de corrupção, é mais comum que as pessoas relatem maior facilidade para acessar a justiça e arcar com seus custos. Embora haja exceções, o padrão geral sugere que níveis mais baixos de corrupção estão correlacionados com sistemas de justiça mais acessíveis e menos custosos à população.



Fonte: Rule of Law Index 2025 do World Justice Project e Índice de Percepção da Corrupção 2025 da Transparência Internacional.

SEICHELES

Com um aumento de 16 pontos no IPC desde 2012, as Seicheles (68) mostraram que um sistema de justiça mais potente pode fazer uma grande diferença na luta contra a corrupção. O país vem investigando um número cada vez maior de casos de corrupção, incluindo os de alto nível, e aprimorou os processos de compartilhamento de informações das autoridades policiais. Além disso, foram introduzidas diversas reformas jurídicas para ajudar na execução da lei, principalmente através da criação e do fortalecimento de uma agência anticorrupção. Contudo, o país precisa reformar diversos outros aspectos do setor público, o que inclui a Justiça, como ficou claro após os atrasos na investigação e no julgamento de um caso envolvendo alegações de lavagem de US$ 50 milhões. [28]

Democracia, integridade política e captura do Estado

A corrupção e o declínio da democracia reforçam uma ao outro.

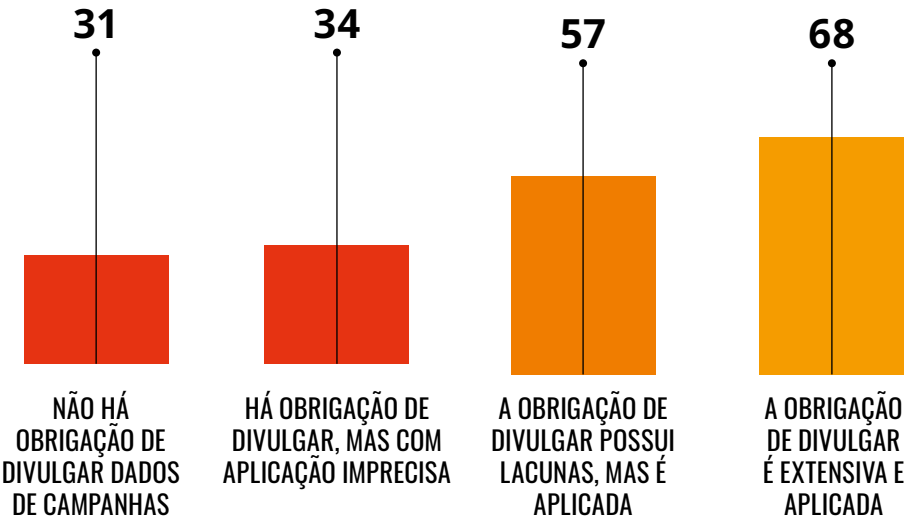
Quando a concorrência pelo poder é enfraquecida e a influência sobre as políticas não é transparente, as autoridades públicas podem acabar sendo capturadas por interesses privados[29]. Por isso, um sistema sólido de freios e contrapesos voltado para o controle do poder é crucial na defesa da democracia e na prevenção à corrupção. Alguns de seus componentes incluem: Legislativos que fiscalizem o orçamento público[30], cortes independentes capazes de rever decisões do governo[31], instituições de auditoria com acesso a dados[32], e órgãos eleitorais que façam cumprir normas democráticas[33]. Quando essas salvaguardas são suprimidas, a voz da população pode ser abafada pelos interesses dos endinheirados e bem-relacionados. Tal cenário cria maiores oportunidades para práticas de corrupção, e afastam as políticas públicas do bem comum.

Nossa pesquisa sugere que países que contam com instituições fiscalizadoras mais fortes e com eleições livres e imparciais tendem a demonstrar maior resiliência contra os riscos de corrupção. Em particular, além da transparência, é necessário impor limites máximos aos financiadores de partidos políticos e às quantias gastas nas campanhas eleitorais, no intuito de proteger a democracia contra a influência indevida[34]. Em conjunto com isso, a transparência acerca de quais pessoas estão fazendo lobby com políticos é essencial para evitar que conflitos de interesses impeçam as políticas públicas de atender aos interesses da população.

Quando líderes e seus influentes comparsas conseguem driblar os sistemas de freios e contrapesos, ou até neutralizar e aparelhar instituições e políticas estatais para servir a seus interesses, abrem-se as portas para a pilhagem dos recursos públicos. Na esteira desse processo, o abuso do poder de alto nível – conhecido como "grande corrupção"[35] – não demora para se transformar numa captura geral do Estado. Tal cenário não raro vem acompanhado de um período de deterioração da administração pública, das instituições de justiça e do processo democrático, bem como da supressão dos direitos humanos[36]. Esses desdobramentos normalmente possuem dimensões internacionais, incluindo lavagem transnacional de bens desviados. [37]

MÉDIAS DE PONTUAÇÃO NO IPC 2025 PARA DIFERENTES NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA NO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS

Uma maior transparência nas doações a campanhas eleitorais está associada a níveis menores de corrupção.



**Fonte: VARIETIES OF DEMOCRACY (V-DEM) 2024 "DISCLOSURE OF CAMPAIGN DONATIONS" e Índice de Percepção da Corrupção 2025 da Transparência Internacional.*

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O clima político nos Estados Unidos (64) vem se deteriorando há mais de uma década e, em 2025, o país obteve sua pior pontuação histórica no IPC. Embora os dados ainda não reflitam completamente os desdobramentos de 2025, o uso de cargos públicos para perseguir e limitar vozes independentes, como as de ONGs e jornalistas, bem como a normalização da política polarizada e transacional[38], a politização de decisões penais[39], e ações que ameaçam a independência judiciária[40], entre diversos outros exemplos, passam a perigosa mensagem de que práticas de corrupção são aceitáveis.

FRANÇA

A condenação do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy é um exemplo raro, porém importante, de accountability de alto nível para sanar falhas na integridade política europeia. Em setembro de 2025, um tribunal de Paris sentenciou Sarkozy a cinco anos de prisão por formação de quadrilha num esquema que teria envolvido milhões de euros em fundos ilícitos fornecidos pelo falecido líder líbio Muammar Gaddafi. O recurso será julgado em março de 2026. Em novembro de 2025, foram decretadas uma nova condenação e uma nova sentença, de um ano em cárcere, relativas ao financiamento ilegal da sua campanha de reeleição em 2012, na qual o ex-presidente teria gasto o dobro do limite permitido por lei.[41, 42, 43]

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Embora os Emirados Árabes Unidos (EAU) (69) disponham de certas proteções efetivas contra a corrupção, que passam pela aplicação enérgica de normas e pela atuação de alguns órgãos de fiscalização robustos, os problemas referentes à democracia estão criando sérios riscos de corrupção. A abordagem anticorrupção do governo autoritário do país, aplicada do topo para a base, é insustentável. Além disso, pessoas com conexões políticas conseguem influenciar políticas públicas e licitações, valendo-se da falta de transparência nas decisões do governo. Como se não bastasse, os Emirados Árabes funcionam como um centro financeiro pouco regulado, o que facilita o abuso do poder em outros países – os envolvidos em grandes esquemas de corrupção aproveitam para investir seus ganhos ilícitos no estrangeiro e, com isso, escapar à justiça. Diversas figuras polêmicas – como Isabel dos Santos, que há muito vem sendo acusada por autoridades angolanas de ter desviado ativos do Estado na época em que seu pai era presidente do país – já se valeram dessa facilidade ofertada pelos Emirados Árabes. [44]

Espaço cívico e liberdade dos meios de comunicação

Um espaço cívico sem restrições e meios de comunicação independentes são o alicerce da accountability.

Quando as pessoas têm a liberdade de se reunir e organizar, bem como de exigir que seus líderes implementem reformas e que as autoridades disponibilizem informações públicas, abre-se o caminho para que a sociedade civil e os jornalistas façam grandes contribuições para a luta anticorrupção[45]. Por exemplo, eles podem identificar indícios de irregularidades em licitações, riscos de corrupção no fornecimento de serviços públicos e casos de enriquecimento ilícito. Também podem contribuir para o cumprimento de normas e a prestação de contas por meio de reportagens investigativas, pedidos de acesso à informação, fiscalização comunitária e *advocacy* de interesse público[46]. O controle minucioso da atuação do governo exercido pela sociedade civil e pela imprensa fornece aos eleitores a informação necessária para penalizar a corrupção e recompensar a integridade nas urnas.

Essa fiscalização é minada a partir do momento em que o espaço cívico passa a ser restringido, por meio de: interferência política na atuação de ONGs; leis que restringem as ONGs, ou ações judiciais que visam intimidar ou silenciar os meios de comunicação e a sociedade civil; e vigilância e censura de vozes independentes, ou alocação enviesada de recursos de propaganda estatal para a mídia governista[47]. Nesses cenários, a exposição se torna mais arriscada e a autocensura mais comum, o que leva a um aumento nas oportunidades de corrupção.

Quando jornalistas são atacados ou mortos por investigar práticas corruptas, se torna impossível de responsabilizar os poderosos de forma efetiva, e a corrupção tende a piorar. Desde 2012, 829 jornalistas foram assassinados em regiões do mundo que não estão passando por conflitos. Desse total, 150 foram mortos enquanto cobriam casos de corrupção, cinco dos quais em 2025. Entre eles se incluem Turki al-Jasser, que foi executado pelo governo saudita após sete anos encarcerado[48], e Gastón Medina, que foi baleado em frente à sua casa, no Peru.[49]

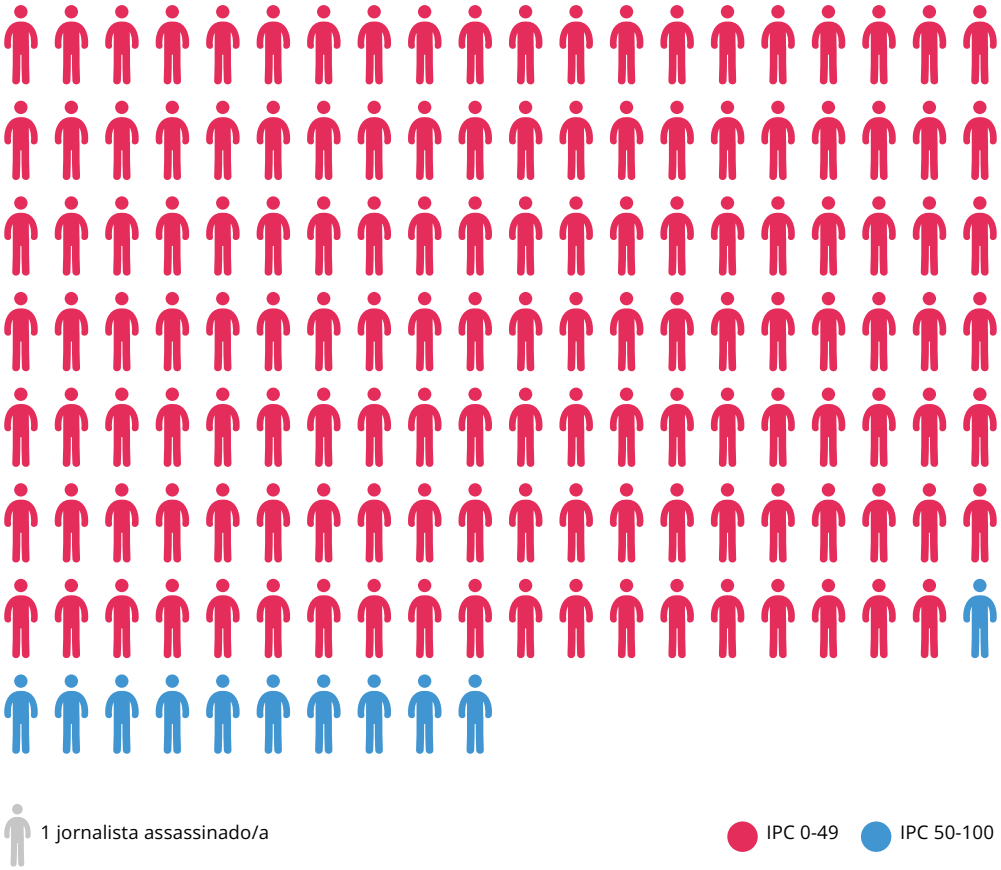
Mais de 90% desses assassinatos ocorreram em países que obtiveram menos de 50 pontos no IPC[50], grupo que abrange Brasil, Índia, México, Paquistão e Iraque, países especialmente perigosos para jornalistas cobrindo casos de corrupção.

GEÓRGIA

O exemplo da Geórgia (50) ilustra como o retrocesso democrático aumenta diretamente os riscos de corrupção. O partido governista recentemente introduziu a chamada "lei de agentes estrangeiros" e uma lei de subvenções. Ambas são medidas antidemocráticas que criminalizam atividades legítimas de ONGs e classificam vozes independentes como agentes estrangeiros. O partido também intensificou sua campanha contra dissidentes através de ações penais politizadas, restrições aos meios de comunicação, congelamento das contas bancárias de ONGs, e repressão violenta de manifestantes e jornalistas. Após a acirrada disputa eleitoral de 2024 e a suspensão das negociações para integrar o país à UE, observadores internacionais relatam que a Geórgia está passando por uma guinada para o autoritarismo, que inclui propostas de proibir partidos de oposição e aprofundar o controle político sobre o funcionalismo público, a polícia e o Judiciário. Tal quadro está levando a um aumento drástico dos riscos de corrupção, além de ser lesivo à sociedade georgiana como um todo.[51]

CORRUPÇÃO E ASSASSINATO DE JORNALISTAS*

Quase todos os 150 assassinatos de jornalistas cobrindo casos de corrupção fora de zonas de conflito desde 2012 ocorreram em países com altos níveis de corrupção.



**Fonte: Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) e Índice de Percepção da Corrupção 2025 da Transparência Internacional.*

Serviços públicos e desigualdade

A corrupção na gestão das verbas públicas impede a população de acessar serviços básicos, afetando seu dia a dia.

Quando há desvio de verbas, superfaturamento em contratos públicos ou exigência de propina para acessar serviços, a população pode ser privada de coisas básicas como saúde, educação, água, eletricidade e moradia. Os dados mostram que há uma correlação entre riscos de corrupção e serviços públicos mais instáveis e de menor qualidade.[52]

O impacto sobre as famílias mais humildes é particularmente severo. Pagamentos extraoficiais e práticas de favoritismo funcionam como um imposto regressivo, incidindo mais sobre pessoas de baixa renda, impedindo-as de buscar tratamentos ou de manter seus filhos na escola[53]. Grupos marginalizados podem ser excluídos dos programas a que têm direito e, nos casos em que o acesso a serviços depende de quem você conhece em vez do conhecimento dos seus direitos, a desigualdade tende a aumentar e a percepção de injustiça se aprofunda. [54]

Quando as autoridades e os credores responsáveis pela negociação da dívida pública atuam de forma corrupta, eles aumentam drasticamente o risco de crise fiscal e fomentam a desigualdade. Ocultar dívidas do público, receber propinas para aceitar condições desfavoráveis de empréstimo, e se apropriar ilegalmente de fundos tomados em empréstimo são condutas que põem em risco o bem-estar de muita gente.

Tais práticas colocam os governos num dilema muito complicado: pagar as dívidas ou investir em setores críticos, como saúde, educação e ação climática?[55]

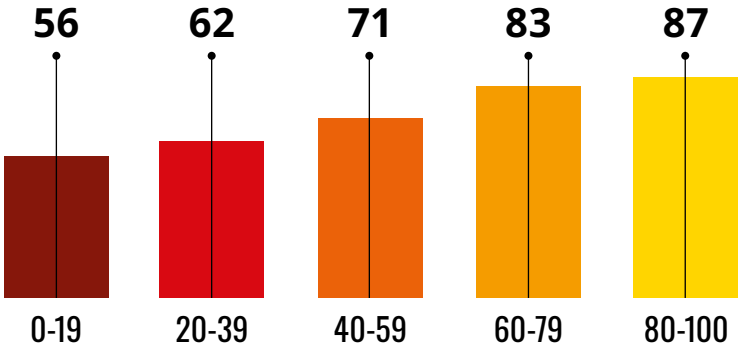
É vital que se reforce a integridade na mobilização, na alocação e nos gastos de recursos públicos. Com isso, as economias se tornam mais estáveis e os serviços mais efetivos, sendo prestados com base nas necessidades e nos direitos da população, não em conexões pessoais ou pagamentos por fora.

NEPAL

Em setembro de 2025, manifestações lideradas por jovens da Geração Z derrubaram o governo do Nepal (34). A insatisfação vinha crescendo há tempos, causada pela percepção da corrupção e do nepotismo praticados pelas elites políticas e suas famílias, bem como pelas vastas desigualdades e instabilidade econômica resultantes. A insurreição eclodiu em resposta a restrições impostas à liberdade de expressão, mas ganhou vulto conforme as autoridades usavam de força para reprimir os protestos em vez de abordar as questões de integridade e tentar responsabilizar os agentes corruptos. Em oito dias, um novo governo foi formado, o que mostra a rapidez com que um líder pode perder o poder do qual tinha se acostumado a abusar.

PONTUAÇÃO MÉDIA NO IPC 2025 PARA DIFERENTES NÍVEIS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE SAÚDE*

Países com pontuações maiores no IPC tendem a fornecer serviços essenciais de saúde com maior cobertura e qualidade. Neles, a saúde é mais acessível e disponível à população.



PONTUAÇÕES NO IPC 2025 DISTRIBUÍDAS EM QUINTIS
(0 - altamente corrupto a 100 - altamente íntegro)

** Índice de Cobertura Universal de Saúde (2021) da Organização Mundial de Saúde e Índice de Percepção da Corrupção 2025 da Transparência Internacional.*

NOTAS

1. Goedemens, M., "What Georgia's Foreign Agent Law Means for Its Democracy", agosto de 2024, acesso em 17 dezembro de 2025, https://www.cfr.org/in-brief/what-georgias-foreign-agent-law-means-its-democracy

2. Anistia Internacional, "Indonesia: Amendments of the Mass Organizations Law expand threats to the freedom of association", julho de 2019, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.amnesty.org/en/documents/asa21/6722/2017/en/

3. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). "Peru: Impact of international cooperation law on NGOs", acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.ohchr.org/en/press-releases/2025/04/peru-impact-international-cooperation-law-ngos

4. Euro-Med Human Rights Monitor, "Tunisia: Suspension of civil society organisations continues efforts to diminish rights and suppress freedoms", novembro de 2025, acesso em 17 dezembro de 2025, https://euromedmonitor.org/en/article/6908/Tunisia:-Suspension-of-civil-society-organisations-continues-efforts-to-diminish-rights-and-suppress-freedoms

5. Transparência Internacional – EUA. , "Pause on Enforcement of Foreign Anti-Bribery Law Threatens a Dangerous Race to the Bottom", 2025, acesso em 21 de dezembro de 2025, https://us.transparency.org/news/pause-on-enforcement-of-foreign-anti-bribery-law-threatens-a-dangerous-race-to-the-bottom/

6. Sistema da UE para um Ambiente Propício para a Sociedade Civil (SEE UE) "US Funding Freeze on Civil Society: A Comprehensive Analysis by the EU SEE Initiative", março de 2025, acesso em 16 de dezembro de 2025, https://eusee.hivos.org/assets/2025/03/Report-The-Impact-of-the-US-Funding-Freeze-on-Civil-Society_def-170325.pdf

7. A Transparência Internacional começou a produzir o IPC, em sua versão original, em 1995. Contudo, em 2012, atualizamos a metodologia usada para calcular as pontuações, com a adição de uma escala de 0 a 100. A pontuação de cada país, obtida através das respectivas fontes de dados, é reajustada usando-se a média global e o desvio padrão do IPC 2012 como referência. Isso significa que apenas as pontuações obtidas a partir do IPC 2012 podem ser comparadas, mas não as anteriores. Para maiores informações, confira a metodologia do IPC 2025: https://images.transparencycdn.org/images/CPI-2025-Methodology.zip

8. Número de países que, segundo as fontes de dados empregadas, melhoraram, estagnaram ou pioraram durante o período de 2012 a 2025, considerados todos os 182 países com dados disponíveis. Para mais informações sobre as mudanças de cada país específico, confira: https://www.transparency.org/en/cpi/2025

9 Kukutschka, R. "Anti-corruption strategies for authoritarian states", U4 Helpdesk, maio de 2018, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://cdn.sanity.io/files/1f1lcoov/production/6e44e87e69c6d3a11a295d2d7989ae3b188df0a6.pdf

10. Saudelli, G. "How millions were laundered out of Venezuela", Deutsche Welle, março de 2019, acesso em 16 dezembro de 2025, https://www.dw.com/en/how-millions-of-dirty-dollars-were-laundered-out-of-venezuela/a-47867313; Transparencia Venezuela. "Trama Pdvsa-Cripto compromete USD 16.600 millones", 2023, acesso em 16 de dezembro de 2025, https://transparenciave.org/trama-pdvsa-cripto-compromete- mas-16-600-millones/; Gil, J.; Irujo, J.M., "The network that looted US$2 billion from Venezuela's state oil company was obsessed with luxury", 2024, El Pais, acesso em 16 de dezembro de 2025, https://english.elpais.com/international/2024-02-14/the-network-that-looted-2-billion-from-venezuelas-state-oil-company-was-obsessed-with-luxury.html

11. Conselho de Segurança da ONU. Painel de Especialistas sobre o Sudão do Sul, Relatório Final, S/2016/70, 22 de janeiro de 2016, acesso em 21 de dezembro de 2025, https://undocs.org/S/2016/70;

12. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). "South Sudan: UN inquiry's report details how systemic government corruption is fuelling an acute human rights crisis". Comunicado Oficial, setembro de 2025, acesso em 9 de janeiro de 2026, https://www.ohchr.org/en/press-releases/2025/09/south-sudan-un-inquirys-report-details-how-systemic-government-corruption.

13. Tóth, István János. "EU Taxpayers' Contribution to Building the Orbán Kleptocracy", CRCB Research Notes 2025:2, Corruption Research Center Budapest (CRCB), julho de 2025, acesso em 21 de dezembro de 2025 https://www.crcb.eu/wp-content/uploads/2025/07/2025_research_notes_02_010725_03.pdf

14. Tóth, I. J. (2022). Corruption Risk and the Crony System in Hungary. A brief analysis of EU-funded contracts in Hungarian public procurement 2005-2021. CRCB, acesso em 20 de janeiro de 2025, https://www.crcb.eu/?p=3095

15. Transparência Internacional – Reino Unido. "Analysis finds dozens of potential Ministerial Code breaches were not investigated", dezembro de 2022, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org.uk/news/analysis-finds-dozens-potential-ministerial-code-breaches-were-not-investigated

16. Transparência Internacional – Reino Unido. "Court ruling highlights serious risks posed by COVID 'VIP-lane'", outubro de 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025 , https://www.transparency.org.uk/news/court-ruling-highlights-serious-risks-posed-covid-vip-lane

17. Vide: https://www.theguardian.com/world/2025/nov/26/nicolas-sarkozy-convicted-illegal-campaign-financing-2012, acesso em 21 dezembro de 2025.

18. Vide: https://www.theguardian.com/world/2025/apr/01/marine-le-pen-guilty-national-rally-embezzlement-fake-jobs-scam, acesso em 21 de dezembro de 2025.

19. Schofield, Hugh. "Is Perrier as Pure as It Claims? The Bottled Water Scandal Gripping France", BBC News, agosto de 2025, acesso em 19 de dezembro de 2025,, https://www.bbc.com/news/articles/cyvn3qe0jpgo

20. Agência Francesa Anticorrupção (AFA). "Publication du plan national pluriannuel de lutte contre la corruption 2025-2029", novembro de 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.agence-francaise-anticorruption.gouv.fr/fr/publication-plan-national-pluriannuel-lutte-contre-corruption-2025-2029; Transparência Internacional – Reino Unido. "UK Anti-Corruption Strategy: Ambitious plan undermined by political integrity gaps", dezembro de 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org.uk/news/uk-anti-corruption-strategy-ambitious-plan-undermined-political-integrity-gaps

21. Wilson, T. "Ukraine officials held in military drone corruption probe", BBC, agosto de 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.bbc.com/news/articles/c4gq3xwr357o

22. Agência Nacional Anticorrupção da Ucrânia. "370 new investigations, 115 suspects, 62 convicted: NABU and SAPO's results in the first half of 2025", agosto de 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://nabu.gov.ua/en/news/370-new-investigations-115-suspects-54-convictions-nabu-and-sapos-results-in-the-first-half-of-2025/

23. García-Sayán, D. "Corruption, Human Rights, and Judicial Independence", Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2018, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.unodc.org/dohadeclaration/en/news/2018/04/corruption--human-rights--and-judicial-independence.html

24. Martinez Barranco Kukutschka, R. "CPI 2023: Corruption and (in)justice", Transparência Internacional, 2023, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org/en/news/cpi-2023-corruption-and-injustice

25, Mijatović, D. "Corruption undermines human rights and the rule of law", Conselho da Europa, 2021, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.coe.int/nl/web/commissioner/-/corruption-undermines-human-rights-and-the-rule-of-law

26. Dang, L.; Greer, M. "Anti-corruption approaches in justice sector assistance", U4 Issue 2023:6, 2023, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://cdn.sanity.io/files/1f1lcoov/production/42259edc3fe89ff7e932a777c62a52dbf7425071.pdf

27. Rita Joubert-Lawen. "3 years since Valabhji couple arrested in money laundering and arms cases in Seychelles," Seychelles News Agency, 22 de novembro de 2024. Acesso em 16 de janeiro de 2026, http://www.seychellesnewsagency.com/articles/21580/+years+since+Valabhji+couple+arrested+in+ money+laundering+and+arms+cases+in+Seychelles.

28. International Bar Association and Basel Institute on Governance, "Judicial Systems and Corruption", The International Bar Association Judicial Integrity Initiative, 2016, accessed 17 December 2025, https://www.ibanet.org/MediaHandler?id=F856E657-A4FC-4783-806E-6AAC6895D37F

29. Vide, por exemplo: Zúñiga, N. "Examining State Capture: Undue Influence on Law-Making and the Judiciary in the Western Balkans and Turkey", Transparência Internacional, 2020, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://files.transparencycdn.org/images/2020_Report_ExaminingStateCapture_English.pdf; Zúñiga, N. "State capture in Asia Pacific", Transparency International Anti-Corruption Helpdesk, 2020, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://knowledgehub.transparency.org/helpdesk/state-capture-in-asia-pacific

30. Duri, J. "Strengthening parliamentary oversight, Key findings and recommendations from multi-country assessments", Transparência Internacional, 2023, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://files.transparencycdn.org/images/2023_Report_StrengtheningParliamentaryOversight_EN.pdf

31. Torchiaro, L. “CPI 2023 for the Americas: Lack of independent judiciary hinders the fight against corruption”, Transparência Internacional, 2023, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org/en/news/cpi-2023-americas-lack-independent-judiciary-hinders-fight-against-corruption

32. INTOSAI Development Initiative; Transparência Internacional. “Safeguarding the Independence of Supreme Audit Institutions: A Resource Kit for Civil Society Organisations”, 2022, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org/en/publications/safeguarding-independence-supreme-audit-institutions

33. Bergin, J.; Resimić, M. “The relationship between electoral integrity and corruption”, Transparency International Anti-Corruption Helpdesk, 2024, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://knowledgehub.transparency.org/helpdesk/the-relationship-between-electoral-integrity-and-corruption

34 Transparência Internacional. “Standards for Integrity in Political Finance: A Global Policy Position”, 2024, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org/en/publications/standards-for-integrity-in-political-finance-global-policy-position

35. Dell, G. “Tackling grand corruption impunity, Proposal for a definition and special measures”, Transparência Internacional, 2023, acesso em 17 de dezembro de 2025, , https://www.transparency.org/en/publications/tackling-grand-corruption-impunity-proposals-for-definition-and-special-measures

36. Saunders, C.; Malone, K. “State capture: How to recognize and react to it”, IDEA International Constitutional Insight nº 10, 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.idea.int/publications/catalogue/html/state-capture-how-recognize-and-react-it

37. Büchner, I. “Chasing Grand Corruption: Hurdles to detection, investigation and prosecution of complex cases across the EU”, Transparência Internacional, 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://files.transparencycdn.org/images/Report-Chasing-Grand-Corruption-English-2025-Oct.pdf

38. Fint, C. “Hegemonic retreat: Transactionalism as foreign policy”, The Geographical Journal Volume 191, Issue 4, 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/geoj.70007

39. Roberts, W. “US presidency: weaponised Department of Justice investigations prompt concerns over independence”, International Bar Association dos EUA, 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.ibanet.org/US-presidency-weaponised-Department-of-Justice-investigations-prompt-concerns-over-independence

40. Citizens for Responsibility and Ethics in Washington. “How President Trump is dismantling our democracy, one piece at a time”, 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.citizensforethics.org/reports-investigations/crew-reports/how-president-trump-is-dismantling-our-democracy-one-piece-at-a-time/

41. Transparência Internacional - França. “Affaire du financement libyen: Une condamnation de Nicolas Sarkozy historique et inédite”. Transparência Internacional - França, setembro de 2025, acesso em 9 de janeiro de 2026, https://transparency-france.org/2025/09/25/affaire-du-financement-libyen-une-condamnation-de-nicolas-sarkozy-historique-et-inedite/.

42 France 24. “Top French Court Upholds Former President Sarkozy’s Conviction for Illegal Campaign Financing”, France 24, 26 de novembro de 2025, acesso em 13 de janeiro de 2026. https://www.france24.com/en/live-news/20251126-french-ex-president-sarkozy-risks-second-final-conviction

43 Laura Gozzi. “Nicolas Sarkozy Illegal Campaign Financing Conviction Upheld”, BBC News, 26 de novembro de 2025, acesso em 13 de janeiro, 2026, https://www.bbc.com/news/articles/c74x55epn34o.

44 Al Jazeera. “Angola: Isabel dos Santos Faces ‘Dirty Money’ Probe after UK Sanctions.” Al Jazeera, 18 de dezembro, 2024, acesso em 9 de janeiro, 2026. https://www.aljazeera.com/news/2024/12/18/angola-isabel-dos-santos-dirty-money-uksanctions.

45. korić, V. “Civil Society Participation: An essential element in anti-corruption efforts”, Coalizão da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://uncaccoalition.org/civil-society-participation-an-essential-element-in-anti-corruption-efforts/

46. Jenkins, M., et al. “Strengthening Accountability Networks among Civil Society, Project Handbook 2021-2023”, Transparência Internacional, 2024, acesso em 17 de dezembro de 2025 https://files.transparencycdn.org/images/SANCUS-Project-Handbook_2024.pdf

47. Vide, por exemplo: Transparência Internacional. "Democracy at risk: Georgia moves to silence civil society", 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org/en/press/democracy-at-risk-georgia-moves-to-silence-civil-society

48. Comitê para a Proteção dos Jornalistas. "Turki al-Jasser", CPJ, acesso em 19 de dezembro de 2025, https://cpj.org/data/people/turki-al-jasser/

49. Comitê para a Proteção dos Jornalistas. "Gastón Medina", CPJ, acesso em 19 de dezembro de 2025, https://cpj.org/data/people/gaston-medina/

50. Análise da Transparência Internacional com base em: Comitê para a Proteção dos Jornalistas. Base de dados de jornalistas e profissionais de mídia assassinados, 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://cpj.org/data/killed/2025/?status=Killed&motiveConfirmed%5B%5D=Confirmed&motiveUnconfirmed%5B%5D=Unconfirmed&type%5B%5D=Journalist&type%5B%5D=Media%20Worker&start_year=2025&end_year=2025&group_by=location

51. Transparência Internacional. "Transparency International faces escalating attacks in Georgia", 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org/en/press/transparency-international-faces-escalating-attacks-in-georgia

52. Bergin, J. "Left behind: Corruption in education and health services in Africa", Transparência Internacional, 2024, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://www.transparency.org/en/publications/left-behind-corruption-in-education-health-services-africa-2

53. McDonald, E.; Jenkins, M.; Fitzgerald, J. "Defying exclusion stories and insights on the links between discrimination and corruption", Transparência Internacional e Equal Rights Trust, 2021, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://files.transparencycdn.org/images/2021-Defying-exclusion-Report-v2-EN.pdf

54. Barnes, S.; Bergin, J. "Barriers to Basics: Corruption and Discrimination in Education and Health Services", Transparência Internacional e Equal Rights Trust, 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, https://files.transparencycdn.org/images/2025_Report_BarriersToBasics.pd

55. Masamba, M. "Public Loans, Private Gains: Addressing corruption across the debt cycle", Transparência Internacional, 2025, acesso em 17 de dezembro de 2025, , https://www.transparency.org/en/publications/public-loans-private-gains-addressing-corruption-across-the-debt-cycle

PARTICIPE

Siga nossas páginas nas redes sociais, compartilhe suas opiniões e converse sobre a corrupção.

@anticorruption.bsky.social

/transparencyinternational

@anticorruption

@transparency-international

@Transparency_International

@transparency_international

@TransparencyIntl

DESCUBRA

Acesse nosso website para aprender mais sobre o trabalho que fazemos em mais de 100 países e inscreva-se para receber as últimas notícias sobre a luta contra a corrupção.

transparency.org

APOIE

Sua doação nos ajudará a apoiar milhares de vítimas da corrupção, desenvolver novas ferramentas e pesquisas, e cobrar de governos e empresas as promessas que fizeram. Queremos construir um mundo mais honesto e mais justo. Com a sua ajuda, nós podemos.

transparency.org/donate

Transparência Internacional
Associação Transparência e Integridade

brasil@br.transparency.org

Blog: transparenciainternacional.org.br

Facebook: /transparenciainternacionalbrasil

Twitter/X:@TI_InterBr

LinkedIn: @transparencia-internacional-brasil

Instagram: @transparenciainternacionalbr

YouTube: @transparenciainternacionalbr